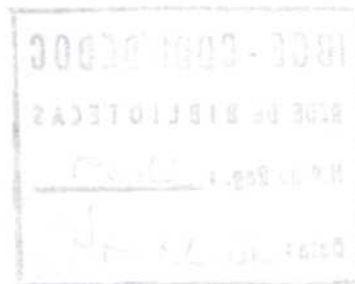


DPE



TEXTOS PARA DISCUSSÃO, ISSN 0103-6661

**DESEMPREGO -
UMA ABORDAGEM CONCEITUAL**

NÚMERO 70

ABRIL DE 1994

GE00013145-4

IBGE - CDDI/DEDOC

REDE DE BIBLIOTECAS

N.º de Reg. : 229

Data: 26.11.94

337.56

R. 815cl

DPE



FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
DIRETORIA DE PESQUISAS - DPE

DESEMPREGO -

UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

EVA DORIS ROSENAL

Economista

MARCIA COELHO DE SEGADAS VIANNA

Geógrafa

RIO DE JANEIRO

1994

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro

CEP 20 271-201 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

DIRETORA DE PESQUISAS

TEREZA CRISTINA NASCIMENTO ARAÚJO

DIRETORA-ADJUNTA DE PESQUISAS

MARIA MARTHA MALARD MAYER

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EMPREGO E RENDIMENTO

MARIA MARTHA MALARD MAYER

DIVISÃO DE ESTUDOS E ANÁLISES

ROSANGELA ANTUNES

DIVISÃO DE PESQUISA MENSAL

MARILENI SILVA MANSOLDO

DIVISÃO DE PESQUISA ANUAL

THEREZINHA BATISTA TAVARES COUTINHO

© IBGE

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Série publicada pela Diretoria de Pesquisas do IBGE, com o objetivo de divulgar ensaios, estudos e outros trabalhos técnicos nas áreas econômica, social e demográfica, elaborados no âmbito da Diretoria.

Edição: Divisão de Documentação e Disseminação da Diretoria de Pesquisas.

(DDI/DPE)

Rosental, Eva Doris

Desemprego : uma abordagem conceitual / Eva Doris Rosental; Marcia Coelho de Segadas Vianna. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1994.

43 p. - (Textos para discussão / IBGE, Diretoria de Pesquisas, ISSN 0103-6661; n. 70)
Inclui bibliografia

ISBN 85-240-0496-7

1. Desemprego. 2. Mão-de-obra. 3. Pesquisa Mensal de Emprego
I. Vianna, Marcia Coelho de Segadas. II. IBGE. . Diretoria de Pesquisas.
III. Título. IV. Série.

IBGE.CDDI. Dep. de Documentação e Biblioteca
RJ/IBGE-94/17

CDU 331.56
DEM

Informações: Biblioteca Setorial da Diretoria de Pesquisas -
Rua Visconde de Niterói, 1.246, Bloco B, sala 1.211-B, Mangueira
Telefone: (021) 284-8938 / 284-3322 - ramal 303

SUMÁRIO

I. Introdução	1
II. Discussão Internacional das Estatísticas de Trabalho ...	14
II.1 A Estrutura da Força de Trabalho	18
II.2 População Usualmente Ativa	21
II.3 Ocupação: conceitos e mensuração	22
II.4 Desemprego: conceito e mensuração	24
II.5 Possibilidade da não adoção do critério de procura de trabalho na definição de desemprego	27
III. As Estatísticas da PNAD fase às Diretrizes Internacionais Propostas sobre o tema Trabalho	28
III.1 Conceito de Atividade Econômica	29
III.2 Período de referência e outras características da força de trabalho	32
III.3 Questão da desocupação	34
IV. Alguns Comentários sobre a PME - Pesquisa Mensal de Emprego.....	35
V. Considerações Finais	38
Referências Bibliográficas	

DESEMPREGO - UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Eva Doris Rosental 1

Marcia Coelho de Segadas Vianna 2

I. Introdução

A grande questão referente ao desemprego que tem perpassado as últimas décadas, segundo Lars Osberg(1), poderia ser resumida no seguinte: "o resultado do desemprego deve ser explicado pelas escolhas individuais ou pelos constraints sob as quais estas escolhas estão sujeitas? A resposta **mainstream** tem mudado drasticamente ao longo do tempo.

Durante os anos 50 e início dos 60, desemprego foi frequentemente analisado como sendo de 4 "tipos": estrutural, cíclico, sazonal e friccional.

Os anos 60 presenciaram o início da era computacional, daí resultando o grande interesse com a extensão do desemprego "estrutural" e os impactos das rápidas mudanças tecnológicas. Durante este período, desemprego "friccional", geralmente descrito como o desemprego daqueles que se encontravam "entre empregos", recebeu pouca atenção. Já o desemprego "cíclico" era visto como o excesso de desemprego, ou seja, acima de um nível inevitável de desemprego

1 Economista do Departamento de Emprego e Rendimento do IBGE

2 Geógrafa do Departamento de Emprego e Rendimento do IBGE

"estrutural", "sazonal" e "friccional". Desta forma, a prevenção contra tal "tipo" de desemprego tornou-se o foco maior da política macro-econômica de estabilização da época.

Com relação ao decréscimo na atenção dada ao desemprego "sazonal" é fácil de ser explicado, uma vez que este tem se tornado progressivamente a menor fração nas taxas agregadas de desemprego. Ademais, não é surpreendente que os economistas, no início dos anos 70, tenham-se concentrado na importância do desemprego "friccional", dado que o final dos anos 60 foi marcado por taxas extremamente baixas de desemprego agregado, por toda a América do Norte.

Contudo, da perspectiva dos anos 60, os objetivos de política mais importantes empreendidos pelo governo americano, no mercado de trabalho, foram a prevenção ao desemprego "cíclico" e a intervenção seletiva visando a diminuição do desemprego "estrutural". A suposição implícita era de que a ação política poderia afetar ambas. Isto tudo começou a ser questionado nos anos 70.

Durante os anos 70 o foco se deu sobre escolhas individuais. As distinções anteriormente proeminentes na literatura caíram em desuso e foram substituídas pelas discussões sobre comportamento de maximização de utilidade e suas implicações para o desemprego no contexto específico de mercado.

Nessa linha, uma vertente da discussão versava sobre desemprego "friccional". No mercado de trabalho onde um indivíduo é capaz potencialmente de obter uma certa

quantidade de empregos a diferentes taxas de salários, poderia ser, às vezes, vantajoso para ele recusar um emprego oferecido a um nível inferior de salário na esperança de angariar outro a uma taxa maior de salário, em um momento mais adiante no tempo. A linha de corte para tal decisão se daria sobre uma "reserva de salário", cujo nível seria determinado pelas vantagens líquidas de emprego comparado ao não emprego. Além disso, um aumento nos benefícios do seguro desemprego poderia implicar em acréscimo na probabilidade de rejeição ao emprego oferecido.

Essa análise não assume que indivíduos se tornam desempregados voluntariamente, dado que eles podem ter sido colocados na inatividade ou sumariamente demitidos. Entretanto, a continuidade no desemprego é considerada como resultado de uma escolha individual entre aceitar no momento atual um salário menor ou esperar por um emprego melhor.

Um segundo **approach** teórico na linha da "escolha" tem sido do "contrato implícito". A literatura sobre o tema argumenta que trabalhadores e firmas tecem vínculos de longo prazo, mas os termos dos contratos (que podem não ser documentados) refletem a probabilidade de futuras dispensas. Nessa perspectiva, desemprego não seria voluntário, ao contrário, seria um risco para o indivíduo que assumiu um emprego "instável" a um salário maior (como compensação) em contraposição à situação que se daria caso ele tivesse optado por um emprego estável.

Não obstante, indivíduos que foram dispensados são

vistos como tendo escolhido conscientemente um trabalho com um empregador "instável". Ou seja, desemprego seria voluntário no sentido *ex ante* porém involuntário no sentido *ex post*. A incidência de desemprego é prevista para ser elevada caso os benefícios do seguro desemprego sejam incrementados, isto por causa do deslocamento da composição industrial do emprego, que ocorre quando o sistema de seguro desemprego implicitamente subsidia mais fortemente empregos instáveis.

Um terceiro tema dos anos 70 na análise econômica do desemprego centrou-se na escolha entre trabalho/lazer dos indivíduos, onde desemprego é assumido para ser equivalente a lazer. Esse **approach** foi especialmente influente em modelos referentes às medidas de intervenção pensadas sobre o sistema de seguro desemprego. Melhor explicando, se a maximização da utilidade individual proporciona prazer de bens e lazer então o sistema de seguro desemprego pode ser analisado em termos de suas implicações para os custos e benefícios relativos a diferentes quantitativos de semanas de trabalho durante um ano.

Nos anos 80 o argumento da rigidez do salário real como causa básica do desemprego pode ser encontrado em qualquer texto de macroeconomia. Tal argumento se apóia na idéia de que quedas na média do salário real significará que empregadores vislumbrarão como lucrativo assalariar trabalho em situações previamente consideradas como não lucrativas.

O pressuposto de que é a rigidez do salário real que

impede o desempregado de encontrar emprego induz ao questionamento do porque o mercado não força o decréscimo do salário real a um nível suficiente capaz de restaurar o pleno emprego. Segundo Osberg, alguns autores como Patrick Minford e M.J. Parkin têm argumentado que parte da resposta reside na falta de disposição de indivíduos em aceitar salários menores devido a disponibilidade de segurança social, de pagamentos de seguro desemprego, da legislação do salário mínimo (do ponto de vista de intervenção governamental) e pela atuação dos sindicatos na barganha coletiva.

Todavia, os anos 80 presenciaram períodos de restrição dos gastos com bem estar social e benefícios do seguro desemprego - nos Estados Unidos com a era Reagan - que resultaram em acréscimo nos níveis de desemprego, ao invés do contrário, como seria de se supor a partir das idéias acima. Ademais, este approach não revela quanto tempo o processo de ajustamento tomaria, nem prevê quão baixo o salário real de equilíbrio deveria ser.

No nível macro, a tradição Keynesiana tem há muito argumentado que tentativas para decrescer o salário real durante períodos de excessivo desemprego, no médio prazo, simplesmente deprimirá a demanda agregada por produção e causará elevações acumulativas nos níveis de desemprego.

A explicação "novo Clássica" de desemprego se baseia na idéia que mudanças técnicas ao nível micro devem flutuar todo o tempo, o que deve implicar em variações na

necessidade para mobilidade entre-firmas e, portanto, variações na taxa de desemprego como tentativas individuais para encontrar emprego. A idéia chave é que a "taxa normal" de desemprego pode não ser constante, se "mudanças técnicas" no interior de firmas e indústrias flutuam ao longo do tempo. Tais mudanças supostas não são observáveis diretamente e são tomadas como inteiramente exógenas para eventos econômicos.

Por outro lado, conforme P. Bouillaquet-Bernard(2), pode-se discutir a questão do desemprego voluntário e involuntário sob o enfoque das reservas em mão de obra, que são em princípio, recursos em mão de obra desempregadas mas disponíveis para o emprego.

O conceito teórico que traduz a existência de tal mão de obra desempregada mas disponível é o conceito de desemprego involuntário, que diz respeito à parcela da mão de obra que ofertando seu trabalho não encontra emprego pela insuficiência da demanda por trabalho. Em outros termos, o desemprego involuntário só existe porque o pleno emprego não se realizou.

Nos recenseamentos franceses (assim como no Brasil), o conceito estatístico de população ativa define o conjunto da população que se declara imediatamente disponível para o trabalho, e esta disponibilidade se traduz pela ocupação efetiva em um trabalho (ativos ocupados) ou por uma pesquisa declarada de emprego (população disponível à procura de um trabalho) durante um período de referência.

A apreensão estatística da atividade, da inatividade e do desemprego indica a existência de fronteiras nitidamente delimitadas entre aqueles que se encontram ocupados, os que estão procurando trabalho e os que se situam fora da esfera da produção. Entretanto, a realidade é mais complexa e situações intermediárias surgem. Exemplificando, as reservas em mão de obra ultrapassariam o estrito quadro do desemprego declarado oficialmente, na medida em que certos inativos podem ser considerados como disponíveis sob determinadas condições e suscetíveis de se colocar no mercado de trabalho.

Existiria, portanto, ao lado do desemprego declarado ou aparente, o desemprego "oculto" na inatividade, qualificando a existência de pessoas que, não disponíveis imediatamente, manifestam uma disponibilidade condicional e propensão a ingressar, em períodos curtos, na força de trabalho.

Em outras palavras, a manifestação de sensibilidade a curto prazo da população ativa às variações conjunturais de emprego, revela a existência de recursos em mão de obra disponíveis para o trabalho, mas escondidas na inatividade. Daí a emergência do conceito estatístico de desemprego "oculto" para qualificar esta categoria de inativos, em oposição ao desemprego aparente ou declarado, isto é, recenseado como tal nos conceitos "oficiais" do desemprego.

Nos Estados Unidos, a partir de 1967, perguntas precisas dirigidas às pessoas que se declararam espontaneamente inativas foram introduzidas nas pesquisas

mensais sobre população (Current Population Survey). São considerados, na data da pesquisa, como desempregados ocultos todos os indivíduos que, mesmo se declarando inativos, manifestaram um desejo por emprego, sem entretanto procurar, porque julgavam que toda e qualquer busca seria em vão.

Já em um período longo, pode-se considerar o conjunto de inativos em idade de trabalhar como uma reserva de mão de obra, na medida em que as transformações estruturais podem eliminar ou atenuar as condições para a entrada na atividade, de forma que se pode considerar que todo inativo em idade de trabalhar constitui um recurso em mão de obra desempregada, disponível para o emprego.

Por outro, o desemprego voluntário desempenharia um papel que se pode qualificar de reserva quando se abandona o enfoque estatístico de equilíbrio para se abordar o enfoque dinâmico dos mecanismos de equilíbrio ou de desequilíbrio do mercado de trabalho. Ou seja, o enfoque do desemprego voluntário em termos do funcionamento do mercado de trabalho e de forma mais acentuada nas teorias micro-econômicas de oferta de trabalho, supõe implicitamente a existência do fluxo de passagem entre o desemprego voluntário e o mercado de trabalho, que participam de mecanismos de ajustes e desajustes entre quantidades de trabalho demandadas e ofertadas.

Contudo, para F. Michon(3), "se é possível distinguir categorias abstratas de desemprego, toda manifestação

concreta de desemprego é simultaneamente voluntária-involuntária, de natureza micro ou macro-econômica. Desemprego voluntário-involuntário não são dois fenômenos concretos observáveis, e portanto separáveis, mas dois níveis de explicações diferentes de um mesmo fenômeno.

Quanto à estrutura e duração do desemprego, para Albert Rees(4) taxas de desemprego em qualquer tempo tem uma estrutura definida pelo espaço, produção, ocupação e tipo de trabalhador e esta estrutura não muda de forma acentuada durante o **business cycle**. A teoria dos custos fixos de emprego prevê desemprego menor onde o investimento no emprego é maior.

Taxas de desemprego são geralmente maiores para mulheres que para homens na faixa etária abaixo de 24 anos, que pode ser considerado como resultado da menor participação ao longo do tempo das mulheres na força de trabalho e sua necessidade de procurar por novas ocupações quando retornam ao mercado de trabalho. Taxas de desemprego são substancialmente menores nas ocupações que requerem níveis elevados de qualificação e educação, refletindo uma maior estabilidade em empregos criados por custos fixos maiores. Isto pode também indicar que estes trabalhadores especializados que se tornam desempregados geralmente encontram mais cedo novos empregos. Este último efeito é independente da hipótese de custo fixo, sugerindo ter havido um crescimento mais acelerado na demanda por trabalhadores qualificados e educados em relação ao quantitativo ofertado

deste segmento de trabalhadores; o rápido crescimento da demanda estaria relacionado à natureza das mudanças tecnológicas recentes, que têm contribuído para desalojar os trabalhadores desqualificados e semiqualeificados, assim como tem requerido maior volume de trabalhadores especializados.

Por outro, a gravidade do desemprego para o trabalhador estaria relacionada à sua duração. Desemprego estrutural e cíclico têm maior duração que desemprego friccional, de maneira que a duração média aumenta, com algum atraso, conforme aumenta o nível de desemprego.

Para aqueles que estão procurando por novos empregos, a existência de benefícios de seguro desemprego pode traduzir-se em prolongamento da duração do desemprego, tornando aqueles indivíduos menos dispostos a aceitar trabalhos "indesejáveis". Um dos propósitos do seguro desemprego é possibilitar o alongamento do tempo de busca por trabalho; entretanto, a utilidade dos benefícios tende a ter o efeito de incrementar o nível de desemprego friccional.

Segundo Rees, nos Estados Unidos, em 1977, o empregado era definido como aquele que trabalhou uma hora ou mais por salário durante a semana de referência, ou 15 horas ou mais em trabalho não remunerado em uma firma familiar ou em fazenda, sítio. Aqueles ausentes do trabalho em função de estarem em férias, doentes ou impedidos pelo mau tempo eram também considerados como empregados, mas em uma subcategoria separada intitulada "com um emprego mas não trabalhando".

Os desempregados seriam aqueles que estariam fora de um emprego ou que não tinham nenhuma ocupação mas haviam procurado por trabalho durante as 4 semanas precedentes e estariam disponíveis para trabalhar durante a semana de referência.

Um ponto importante levantado por este autor refere-se às decisões de oferta de trabalho no interior da família, dado que grande parte das pessoas vivem em núcleos familiares e assim sendo, decisões sobre quem se fará inserido no mercado de trabalho, assim como a quantidade de horas que gostariam de ofertar, são melhor vistas como decisões a respeito de como as famílias dividem o tempo total disponível entre mercado de trabalho e atividades não mercantis. Vale lembrar que o conceito de força de trabalho separa mercado de trabalho de todos os outros usos do tempo, incluindo educação e trabalhos domésticos não remunerados.

Nessa perspectiva, decisões sobre alocação de tempo refletirão o total de recursos da família, dentre os quais o mais relevante diz respeito ao tempo dos membros da família em idade de trabalhar e a renda da família oriunda de outras fontes além do trabalho. Estas decisões também refletem as oportunidades disponíveis aos membros da família para o mercado de trabalho, incluindo seu salário potencial de mercado, suas vantagens comparativas nas atividades não mercantis, assim como a quantidade e natureza do trabalho doméstico que necessita ser realizado.

Subjacente a expectativa que um acréscimo na renda do

não trabalho tende a reduzir a participação na força de trabalho encontra-se a suposição que, para pelo menos alguns membros da maioria das famílias, mais lazer ou mais alguma outra atividade não mercantil, será preferida em relação a atividades no mercado de trabalho corrente, e ainda, que a renda maior advinda do não trabalho tornará possível um maior engajamento nas atividades preferidas.

Por outro, um acréscimo nos salários oferecidos no mercado de trabalho pode induzir uma participação mais expressiva de alguns membros da família.

A mudança nos preços relativos torna o trabalho mais atrativo, e esse aumento que resultaria dessa mudança, em si, é conhecido como "efeito substituição". O incremento no total de recursos permite à família ficar em situação melhor, e a diminuição do trabalho consequente à essa mudança isolada, é conhecida como "efeito renda". Os valores atribuídos às outras alternativas não mercantis também afetam as decisões da família.

Entretanto, como enfatiza Rees, tais assertivas acima não pretendem sugerir que a alocação de recursos no interior da família seja direcionada inteiramente pelas forças econômicas; um peso forte deve ser atribuído à tradição e aos conceitos sobre papéis sociais considerados como apropriados.

Quanto à discussão sobre o efeito de mudanças na demanda, esta teve início nos anos 30 com a emergência da hipótese do *added-worker*. Esta visão sustentava que quando o

chefe usual se encontrava desocupado e/ou procurando trabalho, membros adicionais da família ingressariam na força de trabalho, em um esforço de manutenção da renda familiar; logo, taxas de participação na força de trabalho aumentariam quando o desemprego aumentasse. Naquela época o desemprego era medido como um residuo.

A visão contrária, denominada de hipótese *discouraged-worker*, baseia-se na idéia de que procurando por trabalho em condições de desemprego geral, os indivíduos tornam-se tão desalentados que alguns dos desempregados retiram-se da força de trabalho e outros que normalmente ingressariam não o fazem. O tamanho da força de trabalho varia, por esta razão, na mesma direção que a demanda e não em direção oposta.

De acordo com P.Bouillaguet-Bernard, o efeito do trabalhador desalentado traduz o fato que em períodos de supressão ou demora na criação de empregos e de elevação nos níveis de desemprego, a redução de postos de trabalho acrescentam-se as dificuldades de pesquisa de emprego (prolongamento da duração média do desemprego, rarefação das ofertas de trabalho), levando um certo número de trabalhadores a abandonar as pesquisas e a se declarar inativos ou, certos inativos a desistir ou a adiar uma eventual entrada na atividade. O efeito do trabalhador desalentado introduz a existência de uma ligação direta entre o nível de emprego e movimentos a curto prazo da população ativa.

Este autor ressalta ainda que toda variação no nível de emprego gera fluxos de transferência entre três estoques: inatividade-emprego-desemprego, introduzindo um efeito perverso na relação macroeconômica entre emprego e desemprego e revelando, ademais, a existência de reservas de mão de obra fora da atividade cujos movimentos de atração e de expulsão estão estreitamente determinados pelos movimentos de emprego.

II. Discussão Internacional das Estatísticas de Trabalho

A discussão conceitual de desemprego deve ser realizada em um contexto mais amplo, qual seja, dos limites existentes entre atividade econômica e não econômica. Embora sendo objeto de convenção, esta fronteira deve ser bem delimitada para que se tenha um correto tratamento estatístico dos dados.

Inicialmente, é fundamental compreender de maneira clara o conceito de atividade econômica a partir do qual estabelecem-se as definições de ocupação, desocupação e população economicamente ativa em pesquisas individuais ou domiciliares.

Os debates realizados pelos organismos internacionais, sobre as estatísticas do trabalho, são importantes no sentido de estabelecer diretrizes gerais que possam nortear a comparabilidade dos dados nos diversos países. Por outro lado, entende-se que a aplicabilidade destes padrões

internacionais nem sempre é imediata, dada a diversidade de formas de organização do trabalho a nível mundial. Ademais, o fenômeno estudado, dependendo do grau de complexidade, requer, na prática, pesquisas especialmente direcionadas para a sua captação.

Hussmanns et alli(5) em Manual da OIT de conceitos e métodos sobre as estatísticas do trabalho apresentam uma importante discussão a este respeito para a compreensão de nossas fontes de estatísticas de trabalho atuais. De acordo com padrões internacionais, a população economicamente ativa compreende todas as pessoas de ambos os sexos que se constituem na oferta de trabalho para a produção de bens e serviços como definido pelo sistema de contas (e balanços) nacionais das Nações Unidas, durante um período de referência específico. Entende-se por produção de bens e serviços toda a produção e processamento de produtos primários, seja para o mercado, a troca ou para o próprio consumo, a produção de todos os outros bens e serviços para o mercado e no caso de domicílios que produzem bens e serviços para o mercado, a correspondente produção para o consumo próprio.

Este conceito de atividade econômica, adotado pela 13ª Conferência Internacional das Estatísticas do Trabalho (ICLS) de 1982, para a mensuração da população economicamente ativa cobre, assim, a produção de bens e serviços mercantis e não mercantis, excluindo, no entanto, alguns tipos de produção para o próprio consumo, que são: a)

processamento de produtos (ou mercadorias) pelos moradores que não os produzem; b) a produção de produtos (ou mercadorias) pelos moradores que não vendem parte dos mesmos no mercado; c) o reparo e a manutenção de edifícios ou outras construções realizadas pelos moradores para si mesmos. Também estão excluídos as atividades domésticas não remuneradas, tais como a comida para o próprio consumo, costurar ou consertar roupas para o próprio uso, ensinar ou tomar conta de seus próprios filhos.

Na produção destinada ao mercado está incluída a produção de bens e serviços normalmente destinada à venda no mercado, tais como as atividades de trabalhadores em fábricas, lojas, fazendas, empresas domiciliares, empreendimento de serviços, etc. Por outro lado, as atividades de empregados vinculados a instituições de governo e outras instituições sociais e culturais estão também inseridas neste caso, mesmo que a produção não seja vendida no mercado. Pode também ocorrer, nesta última situação, de que a produção, quando vendida, não necessariamente tenha a intenção de cobrir todo o custo da produção.

Em relação à produção não mercantil, destacam-se a produção de produtos primários para o próprio consumo; produção de ativos fixos para o próprio uso (tais como construção de edifícios, estradas, etc) e também a produção de outros produtos ou mercadorias não primários para consumo próprio que são também destinadas ao mercado.

Cabe destacar que como ressaltam Hussmanns et alli, "o termo produção não mercantil está relacionado ao uso do produto (consumo próprio ou não) e não à base da natureza da produção remunerada ou não". Os autores ainda enfatizam que "este tipo de produção não mercantil afeta as medidas de produção, de valor adicionado, de renda, mas não tem geralmente um impacto de medida da população economicamente ativa. Isto porque pessoas que produzem para o mercado e para si próprias serão incluídas como economicamente ativas com base na sua produção de mercado, independente da produção adicional para seu próprio consumo. A parte da produção não mercantil pode, entretanto, afetar a mensuração de horas trabalhadas e conceitos correlatos".

Os padrões internacionais destacam, ainda, a necessidade de se adotar uma medida específica no caso das pessoas que estão somente envolvidas na produção de bens e serviços para consumo próprio e domiciliar. Estas devem ser incluídas como economicamente ativas, somente se a sua produção for considerada uma importante contribuição para o consumo total do domicílio.

Na prática verifica-se, no entanto, que a aplicabilidade do conceito de atividade econômica é, muitas vezes, complexa e difícil em pesquisas domiciliares quando a situação de trabalho envolve características de inserção não comuns no mercado de trabalho.

II.1 A estrutura da Força de trabalho

O termo "força de trabalho" conforme definido por padrões internacionais vem sendo utilizado nas estatísticas de trabalho nas últimas quatro décadas. Pode ser associado a um enfoque particular para a mensuração de ocupação e desocupação. Este termo é utilizado como sinônimo de "população correntemente ativa". De acordo com os padrões internacionais, a "população correntemente ativa" compreende todas as pessoas acima de um determinado limite de idade que podem ser classificadas como ocupadas ou desocupadas, em um curto período de referência, qual seja, a semana ou um dia. Esta é a medida mais utilizada de população economicamente ativa. Uma outra medida de PEA é denominada de "população usualmente ativa" que, dentro dos padrões internacionais, refere-se à condição de atividade das pessoas em um período mais amplo de tempo, tal como o ano.

Neste sentido, a força de trabalho é constituída, genericamente, pelos que estão ocupados e pelos desocupados. A 13ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho define os ocupados como aqueles que tenham um emprego remunerado recebendo um salário, em dinheiro ou em espécie, bem como aqueles que têm um trabalho formal mas que não estão temporariamente trabalhando. Dentre a parcela dos que se encontram ocupados incluem-se também os que trabalham por conta-própria, em proveito próprio ou com ganho familiar, recebendo em dinheiro ou espécie, além daqueles que possuem uma empresa mas que temporariamente não estão trabalhando e

dos trabalhadores não remunerados.

Em relação aos desocupados, a definição padrão referente a este segmento engloba: a) as pessoas sem trabalho; b) as pessoas que estão correntemente disponíveis para trabalhar e c) as pessoas que estão procurando trabalho. Cabe destacar que a resolução da 13ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho (1982) determina uma medida sobre o fato de poder se relaxar a adoção do critério de "procura de trabalho" em determinadas situações.

Finalizando, há ainda os que não se encontram na força de trabalho, conforme definição anterior e, que formam a "população não correntemente ativa", também conhecida como não economicamente ativa. Esta parcela da população é constituída por estudantes, donas de casa, aposentados, etc.

Quando porém, os estudantes, donas de casa, etc, exercem alguma atividade econômica, por um curto período de tempo, à data da pesquisa, são considerados como correntemente ativos. Esta recomendação para classificar as pessoas como correntemente inativas, **somente** quando não estiverem inseridas em alguma atividade econômica, visa corrigir uma possível subestimação da atividade econômica sobretudo de mulheres, jovens e pessoas idosas.

Além do conceito de atividade econômica existem, no entanto, outras questões como o período de referência assim como outras características da estrutura da força de trabalho que podem alterar rigorosamente os limites da fronteira entre a ocupação, a desocupação e a inatividade.

As modificações que possam ser introduzidas no conceito de atividade econômica, tais como a inclusão de determinadas atividades não mercantis, podem fazer com que pessoas antes classificadas como inativas sejam enquadradas como ativas. Da mesma forma, o critério de horas mínimas de trabalho se alterado pode ocasionar mudanças na classificação de uma pessoa como ativa ou inativa. A duração do período de referência, curto ou amplo, pode também mudar substancialmente a classificação segundo a atividade ou inatividade econômica. Acrescente-se, ainda, que a possibilidade de se relaxar a adoção do critério de "procura de trabalho" como exigência para a definição de desocupação, contribui para uma modificação nas três categorias que compõem a estrutura da força de trabalho (ocupados, procurando trabalho e inativos).

Entende-se ainda que, face à diversidade das formas de organização do trabalho encontrada nos diversos países, mudanças nos conceitos relativos ao trabalho sejam efetuadas. Por outro lado, estas categorias da estrutura da força de trabalho apresentam, internamente, uma heterogeneidade que deve ser considerada na interpretação das estatísticas do trabalho, auxiliando as análises ao longo do tempo. Exemplificando, torna-se importante distinguir entre os empregados aqueles permanentes e temporários na área rural bem como uma análise conjunta do número de horas trabalhadas, remuneração e qualificação dentre o denominado grupo de pessoas empregadas.

II.2 População usualmente ativa

Conforme já visto anteriormente, a "população usualmente ativa" é definida em relação a um período longo de referência, tal como um ano. A mensuração da atividade econômica com base no ano é adequada para a representação de situações de emprego com variação sazonal significativa ou para a identificação de alterações significativas da força de trabalho, que um curto período de referência por si só não é suficiente para retratar. "A utilização da estrutura da atividade usual é particularmente relevante em países em desenvolvimento devido à agricultura e outras atividades sazonais, o padrão dominante de atividades no ano de uma proporção significativa da população difere da situação corrente de determinados pontos do tempo durante o ano. A mensuração da atividade usual é frequentemente combinada com aquela de atividade corrente em uma mesma pesquisa"(6).

É importante destacar que o conceito de população economicamente ativa em algum momento do ano pode fornecer a ligação entre a mensuração da atividade corrente e daquela usual. Isto porque toda pessoa que tenha sido classificada como correntemente ativa deve ter sido também economicamente ativa em algum período durante o ano. Tal fato se torna particularmente relevante quando estas mensurações são realizadas na mesma pesquisa e onde o período curto de referência seja também parte do período mais longo, qual seja, o do ano.

Podem ser vistos como exemplos de países que já

utilizaram o ano e a semana como período de referência: Índia e USA nas seguintes pesquisas: National Sample Survey of Employment and Unemployment of India (1981) e The Work Experience Survey supplement of the United States Current Population Survey (USA, 1980), além do Brasil, com a PNAD-92.

II.3 Ocupação: conceitos e mensuração

Os padrões internacionais destacam que a noção de "algum trabalho" pode ser interpretado como trabalhar pelo menos uma hora. Este critério, utilizado na definição de ocupação, afeta a definição de desocupação, entendida como uma situação onde há total falta de trabalho. Como as duas definições estão relacionadas, um aumento no limite mínimo de horas trabalhadas pode significar desocupação e não mais uma situação de total falta de trabalho. Por exemplo, o estabelecimento de um critério de 15 horas ou mais por semana de trabalho, para os trabalhadores familiares não remunerados serem considerados ocupados, implica que os que estão abaixo desse limite serão considerados como desocupados, podendo afetar as estatísticas a este respeito.

Conforme destacado por Hussmanns et alli, "nos padrões internacionais anteriores adotados na Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho (ICLS) de 1954, os trabalhadores familiares não remunerados que trabalhavam pelo menos um terço do número de horas trabalhadas(*) eram

(*) um terço corresponde a 15 horas de uma jornada de trabalho de 45 horas.

classificados como ocupados. Este tratamento especial foi abandonado pela Conferência de 1982, baseado no fato de que na agricultura, onde a maioria dos trabalhadores estão engajados, a base do trabalho é domiciliar. Todos ou quase todos os membros do domicílio normalmente tomam parte em sua operação e não há razão essencial porque alguns membros devem ter tratamento diferente de outros".

A maioria dos trabalhadores não remunerados é constituída por mulheres que auxiliam os maridos, em geral, conta-próprias ou empregados na área rural. No entanto, pode ocorrer que ambos tenham um papel similar na empresa domiciliar; neste caso ambos devem ser vistos como empregadores ou trabalhadores por conta-própria.

Este critério de "pelo menos uma hora" foi discutido e mantido na 14ª Conferência de 1987, na qual enfatizou-se que os dados de ocupação deveriam ser classificados por horas de trabalho.

As pessoas que estão inseridas em algum trabalho podem ser classificadas como: empregados, empregadores, trabalhadores por conta-própria, trabalhadores familiares não remunerados, etc. Estão incluídas também estudantes, donas de casa e outras pessoas, normalmente inseridas em atividades não econômicas, e que estejam engajadas em um período no tempo, em alguma atividade econômica. Consideram-se também as pessoas que estão cumprindo o serviço militar obrigatório bem como aquelas que estejam em atividades para o próprio uso, como construção de casas, mesmo que estas

atividades não sejam remuneradas.

II.4 Desemprego: conceitos e mensuração

Pode-se dizer que o desemprego constituiu-se objeto de preocupação social da maior parte da Europa industrializada no início do século. Posteriormente, a criação de emprego tornou-se uma tarefa maior em termos econômicos. Conforme enfatizado por Hussmanns et alli, foi particularmente nos USA após a depressão dos anos 30 que o "principal interesse tornou-se medir o número de pessoas procurando trabalho ativamente e correntemente tanto quanto obter os dados correntes do número mínimo de trabalhos. Isto conduziu à elaboração da estrutura de força de trabalho e à mensuração conjunta do emprego e desemprego. Neste interim, o desenvolvimento de métodos de pesquisa por amostra domiciliar ampliou as possibilidades de aplicação da estrutura da força de trabalho com uma base frequente e um custo aceitável. Estas experiências levaram a uma mensuração de emprego e desemprego com base na estrutura da força de trabalho, sendo introduzidas nos padrões internacionais em 1947".

Para a mensuração do desemprego, segundo os padrões internacionais, as pesquisas domiciliares são consideradas mais adequadas do que outras fontes de dados. Este tipo de pesquisa permite a ligação da mensuração de emprego e desemprego, além de permitir uma cobertura mais ampla em termos nacionais, com um desenho de pesquisa apropriado. Outras variáveis relacionadas às características

demográficas e sócio-econômicas, além de dados referentes às famílias e domicílios, podem ser obtidos da mesma pesquisa e serem relacionados aos dados de emprego e desemprego.

A definição de desemprego padrão internacional de 1982 está baseada em três critérios que devem ocorrer simultaneamente, quais sejam: a) sem trabalho; b) correntemente disponível para o trabalho e c) procurando trabalho. Estes critérios referem-se às atividades de pessoas durante um período de referência específico.

Em relação ao primeiro critério, estar sem trabalho, significa que uma pessoa não trabalhou durante o período de referência nem esteve temporariamente ausente do mesmo. Uma pessoa é classificada como desocupada somente se já tiver sido estabelecido que ela não é ocupada. O objetivo deste critério é assegurar que ocupação e desocupação sejam mutuamente excludentes, com precedência dada à ocupação. Assim, pessoas que estiverem inseridas em um trabalho eventual, mesmo que procurando trabalho serão classificadas como ocupadas.

Os outros dois critérios servem para diferenciar a população que não está trabalhando e considerada desocupada daquela denominada não economicamente ativa.

O segundo critério, estar correntemente disponível para o trabalho, significa que, dada uma oportunidade de trabalho, uma pessoa deve estar apta e pronta para trabalhar. O objetivo deste critério é o de excluir pessoas que estejam procurando trabalho para começar em data

posterior e não imediatamente.

O terceiro critério, estar procurando trabalho, é definido como tendo tomado providências específicas em um período determinado e recente no tempo. A noção de procura independe da duração e do tipo de trabalho procurado. Uma declaração de que a pessoa está procurando trabalho não é suficiente. É necessário verificar, objetivamente, se alguma providência efetiva foi tomada. Há algumas providências mais formais de procura de trabalho, tais como, respostas a anúncios oferecendo emprego ao passo que outras são mais informais como, por exemplo, contatos com amigos e pessoas do seu círculo, verificar em locais de trabalho a possibilidade de haver vagas, etc.

Em relação à procura de trabalho ser realizada em um período recente, muitos países utilizam não mais do que um mês ou quatro semanas anteriores ao período de referência da pesquisa. Aliás, no caso de uma pesquisa mensal este é um limite de tempo suficiente. Em outras pesquisas, podem ser utilizados períodos mais longos de procura de trabalho para se indagar sobre o atual desejo de trabalhar por parte do entrevistado. O objetivo de se estender o período de procura no tempo é o de verificar que, em determinadas situações, uma pessoa buscou trabalho, mas que já há um mês ou mais não fez mais nada além de aguardar uma resposta.

II.5 Possibilidade da não adoção do critério de procura de trabalho na definição de desemprego

Na 13ª Conferência Internacional de Estatísticas de Trabalho de 1982 introduziu-se uma medida visando relaxar a exigência do critério de procura de trabalho na definição padrão de desemprego. Os motivos para esse procedimento baseiam-se no fato de que há algumas situações onde "os meios convencionais de procura de trabalho são de relevância limitada, onde o mercado de trabalho é amplamente desorganizado ou de escopo limitado, onde a absorção de trabalho é inadequada no tempo, ou onde a força de trabalho está amplamente trabalhando por conta-própria" (OIT, 1982).

No entanto, esta possibilidade de não se exigir o critério de procura de trabalho não deve ser aplicada para todas as categorias de trabalhadores, mas para os que estão providenciando a montagem de seu próprio negócio. Há ainda outros exemplos de que tal medida deve ser aplicada somente parcialmente: é o caso dos trabalhadores sazonais e os trabalhadores desalentados.

Os trabalhadores sazonais são pessoas engajadas em atividades somente em determinados períodos do ano. Embora os padrões internacionais não façam qualquer referência específica a estes trabalhadores, pode-se assumir que, a não procura de trabalho, aguardando o período de maior possibilidade de trabalho, pode indicar total falta de alternativas de trabalho no outro período do ano (no caso da

agricultura, o período da entressafra).

Os trabalhadores desalentados são aqueles que sem trabalho, estão correntemente disponíveis para o trabalho, mas que desistiram da procura ativa de trabalho porque acreditam que não vão encontrá-lo. Embora esta denominação não esteja explicitamente mencionada em padrões internacionais, há referências de que, em algumas situações, pode-se relaxar a exigência do critério de procura de trabalho.

No entanto, nos países onde se adota a definição padrão de desemprego, os trabalhadores desalentados e trabalhadores sazonais em períodos de menor trabalho são considerados como desempregados. Em outras situações onde o critério possa não ser exigido estes trabalhadores podem fazer parte da força de trabalho.

Os padrões internacionais sugerem que os países possam desenvolver classificações para que estas pessoas sejam consideradas à parte, como é o caso do Canadá, Austrália, Inglaterra e Índia.

III. As Estatísticas da PNAD face às Diretrizes

Internacionais Propostas sobre o Tema Trabalho

A partir da discussão realizada, a nível internacional, sobre as estatísticas de trabalho, já vistas no tópico anterior, torna-se importante situar o contexto atual de fontes de pesquisa do IBGE, referentes ao tema trabalho, em relação às questões abordadas.

Especificamente neste item, estar-se-á reportando à PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) da década de 90, resultado do processo de reformulação iniciado em 1988. Esta revisão se deu no âmbito do DEREN (Departamento de Emprego e Rendimento, responsável pelas pesquisas de trabalho, quais sejam, a PNAD e a PME-Pesquisa Mensal de Emprego), onde a primeira etapa desta tarefa culminou com o texto Módulo I - A Questão Conceitual (7).

Esta discussão conceitual buscou nortear as propostas de reformulação da PNAD, recuperando o debate internacional das estatísticas do trabalho. É bem verdade que os caminhos apontados, em termos conceituais, necessariamente passaram por um processo de crítica à nossa realidade, na tentativa de se buscar as principais formas de manifestação do fenômeno trabalho.

No exame da PNAD - 1992, que entendemos mais próxima da complexa realidade brasileira, procurar-se-á especificar os avanços desta pesquisa em relação ao debate internacional das estatísticas do trabalho e de outras questões relativas à estrutura da força de trabalho.

III.1 Conceito de Atividade Econômica

Como já visto, a precedência é sempre dada à ocupação quando se procura verificar a condição de atividade de uma pessoa.

Neste sentido, a revisão da PNAD para a década de 90 procurou seguir as recomendações internacionais com o

objetivo de ampliar o conceito de trabalho. Assim, para a PNAD, considerou-se como trabalho em atividade econômica o exercício de (8):

a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc) na produção de bens e serviços;

b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefício (moradia, alimentação, roupas, etc) no serviço doméstico;

c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana:

.em ajuda a membro da unidade domiciliar que tenha trabalho como empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades na agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta-própria ou empregador;

.em ajuda a instituição religiosa, beneficiante ou de cooperativismo; ou

.como aprendiz ou estagiário;

d) ocupação desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana:

.na produção de bens, do ramo que compreende as atividades de agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade familiar; ou

.na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras

destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Nesta caracterização do trabalho, na classificação dos trabalhadores não remunerados, reduziu-se o limite de horas trabalhadas de 15 horas ou mais por semana para pelo menos uma hora na semana. Segundo a OIT, a noção de algum trabalho é definida como "uma hora de trabalho pelo menos" para que as pessoas sejam classificadas como correntemente ativas."E no caso dos "não remunerados" a tradicional exigência de um mínimo de horas trabalhadas, para incluí-los nesse contingente, é reduzida a praticamente zero"(9).

Por outro lado, considerou-se como trabalho não só a questão da produção para o próprio consumo como a questão da construção para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar, seguindo as recomendações internacionais.

Em relação aos desocupados, continuam a ser incluídos na PNAD, aquelas pessoas que sem trabalho estão, por outro lado, procurando trabalho tendo para isto tomado efetivamente alguma providência, conforme as recomendações internacionais.

Ademais, quanto aos não economicamente ativos, estes são classificados na PNAD como tal, somente quando não têm qualquer atividade econômica, de acordo, mais uma vez, com as recomendações internacionais.

III.2 Período de referência e outras características da força de trabalho

A inclusão de atividades não mercantis (como a produção para o próprio consumo e a construção para o próprio uso) na conceituação de trabalho faz com que pessoas antes inativas sejam consideradas ativas. Da mesma forma, mudanças no critério de horas mínimas de trabalho provocam modificações na classificação de uma pessoa como ativa ou inativa.

Existem também outros fatores que podem alterar rigorosamente o limite da fronteira entre ocupação, desocupação e inatividade. Um deles diz respeito à questão do período de referência, curto ou amplo. Conforme mencionado anteriormente, o período de referência amplo, tal como o ano, é importante na análise de emprego com variação sazonal e na percepção de outras alterações significativas da força de trabalho. É frequente a mensuração da atividade usual (em relação ao ano) com a da atividade corrente (em relação à semana) em uma mesma pesquisa.

A PNAD-92 inclui não só a semana como também o ano de referência na investigação da força de trabalho. O período curto de referência (semana) fazendo parte do período mais amplo de tempo (ano). Se uma pessoa é classificada como ativa na semana deve também ter sido ativa em algum período do ano. Neste sentido, o primeiro critério para se definir o trabalho único ou principal, em relação à condição de

atividade na semana, passa a ser o trabalho que a pessoa teve maior tempo de permanência no período de 365 dias.

Os outros critérios a seguir se mantêm tal como nas PNADs passadas: a) o trabalho remunerado tem prioridade sobre o não remunerado; b) aquele que tiver maior número de horas trabalhadas e c) o de maior rendimento, nesta ordem apresentada.

A pessoa é classificada como ocupada no período de 358 dias (exceto a semana de referência) somente quando não estava trabalhando na semana de referência ou quando o trabalho que tinha na semana não era o principal do período de referência de 12 meses. Nesta última situação, enquadra-se uma pessoa que já saiu de um ou mais trabalhos no período de referência de 358 dias e em alguns destes teve um tempo de permanência superior ao trabalho que tinha na semana de referência. Assim, o conceito de população economicamente ativa em algum momento do ano pode fornecer a ligação entre a mensuração da atividade corrente e daquela usual.

Procurou-se seguir também recomendações internacionais a este respeito na adoção de um período de referência mais amplo. Desta forma, pessoas classificadas como inativas na semana podem ter sido ativas em um período mais amplo, bem como pessoas ocupadas na semana podem ter tido no ano um outro trabalho com tempo de permanência superior aquele trabalho da semana.

Quanto a investigação das pessoas ocupadas, a PNAD-92 indaga às pessoas que não estiveram ocupadas na semana e no

ano se exerceram algum trabalho nos quatro anos precedentes. No caso da pesquisa suplementar de 1989 e 1990 são indagadas as características do último trabalho remunerado que a pessoa em idade ativa deixou há menos de 5 anos. Isto foi aplicado para as pessoas ocupadas e inativas e suplementará também as informações não obtidas no corpo básico para as pessoas desocupadas.

Ainda em relação à classificação das pessoas designadas como ativas, procurou-se ampliar a investigação, captando em um bloco em separado a população de 5 a 9 anos de idade. Neste sentido, mantém-se a comparabilidade com as PNADs anteriores, baseadas na população de 10 anos ou mais e considera também esta parcela importante do trabalho dos menores tanto no campo como na cidade.

III.3 Questão da Desocupação

No tocante à desocupação, a PNAD-92 manteve a indagação de verificar para as pessoas que estão sem trabalho se procuraram trabalho, tendo para isto tomado alguma providência efetiva. No entanto, a pergunta sobre a procura de trabalho é feita para todas as pessoas de 10 anos e mais de idade, ocupadas ou não. Tal procedimento foi realizado na PNAD 1989 e 1990 em sua pesquisa suplementar.

Em relação a procura de trabalho indaga-se se a pessoa tomou alguma providência para conseguir trabalho na semana; no período de 23 dias (compondo o mês de referência); nos 30 dias anteriores ao mês de referência da data da pesquisa ou

no período restante do ano (305 dias). Sendo que as perguntas são excludentes e feitas na ordem enumerada.

IV. Alguns comentários sobre a PME - Pesquisa Mensal de Emprego

A PME (10) é uma pesquisa conjuntural, de periodicidade mensal, domiciliar, por amostra, sobre mão de obra e rendimento do trabalho.

As informações são obtidas de uma amostra probabilística (com seleção em dois estágios) de aproximadamente 36000 domicílios situados nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Porto Alegre, de Belo Horizonte, de Recife e de Salvador. No primeiro estágio selecionam-se setores censitários com probabilidade proporcional ao tamanho (número de unidades domiciliares no setor censitário). No segundo, selecionam-se as unidades domiciliares.

A PME destaca, para as pessoas de 10 anos ou mais, os seguintes conceitos, condicionadores de seus resultados:

A. o trabalho refere-se à:

.ocupação econômica remunerada em dinheiro ou outras formas não monetárias

.ocupação econômica sem remuneração, exercida normalmente, pelo menos durante 15 horas na semana, em ajuda a membros da unidade domiciliar ou a instituições religiosas beneficentes ou de cooperativas ou, ainda, como aprendiz ou

estagiário.

B. a população economicamente ativa compreende o :

.potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas, assim definidas:

a) as pessoas ocupadas são aquelas que na semana de referência trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias), e

b) as pessoas desocupadas são aquelas que não tinham trabalho na semana de referência, mas estavam dispostas a trabalhar e que, para isto, tomaram alguma providência efetiva

C. A população não economicamente ativa, compreende as pessoas não classificadas como ocupadas ou como desocupadas. Ou seja, "é composta pelos indivíduos que, não trabalhando nem procurando trabalho, podem ser aposentados, pensionistas, estudantes, donas de casa, detentos, ou ainda os que, não se enquadrando em nenhuma dessas situações, não trabalharam porque vivem de rendas de capital, aluguéis, etc., trabalham menos de 15 horas semanais sem remuneração: desistiram de procurar trabalho ou preferem outras formas de sobrevivência distintas do trabalho convencional ou socialmente aceito" (11).

Nas entrevistas, através dos questionários, investiga-se:

a) para os que trabalham - a ocupação, o ramo de atividade, a posição na ocupação, a existência de mais de um

trabalho, se tinha carteira de trabalho assinada, o rendimento efetivamente recebido no mês anterior, o número de horas efetivamente trabalhadas no mês anterior, entre outros aspectos.

b) para os que procuraram trabalho - a providência tomada, tempo de procura (na semana ou 30 dias ou 60 dias), se trabalharam antes com ou sem remuneração, a ocupação, o ramo de atividade e a posição na ocupação do último trabalho remunerado, entre outros aspectos, e

c) para os inativos - se procuraram trabalho no período de referência de 30 dias (antecedentes à semana fixada para a entrevista) ou de 60 dias, entre outros aspectos.

Para todos os entrevistados, indaga-se, ainda: se sabe ler e escrever; se frequenta escola; última série concluída; grau; se concluiu o curso.

São gerados mensalmente vários indicadores, dentre os quais a taxa de desemprego aberto, que significa a relação entre o número de pessoas desocupadas (procurando trabalho) e a população economicamente ativa (pessoas ocupadas e pessoas desocupadas). Dito de outra forma, essa taxa mostra a participação das pessoas desocupadas na população economicamente ativa.

Finalizando, depreende-se do acima exposto algumas diferenças conceituais incorporadas na PNAD-92, de acordo com as recentes recomendações internacionais. Vale destacar que a Instituição encontra-se ciente da necessidade premente de submeter a PME à uma reformulação capaz de torná-la mais

próxima da realidade econômico-social do país e vem realizando estudos neste sentido. Dentre os vários tópicos em análise, destaca-se a preocupação com a categoria dos subocupados, dado que em uma economia subdesenvolvida há diferentes maneiras de se estar ocupado e de se estar desocupado.

V. Considerações Finais

Em resumo, depreende-se das colocações expostas, que a definição e compreensão do sentido concreto do conceito de desemprego encontra-se longe de ser de fácil assimilação.

Para tanto, torna-se imprescindível estar atento às resoluções tomadas pelo organismo, cuja existência traduz a necessidade de se uniformizar tanto a linguagem como a consecução das pesquisas relacionadas às estatísticas do trabalho, qual seja, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que vem ao longo do tempo, com sensibilidade à diversidade e especificidades das realidades sócio-econômicas dos países, tentando adaptar e captar melhor os conceitos afins.

Nessa perspectiva, a Fundação IBGE, através de sua área específica de estudos das estatísticas do trabalho, vem desenvolvendo análises para aprimorar suas pesquisas domiciliares, visando captar estas mudanças ocorridas, implementando revisões periódicas naquelas. A revisão da PNAD e o processo de reestruturação da PME são dois indícios de movimentos efetivos nesta linha.

Vale lembrar que a discussão conceitual de desemprego, conforme exposto, deve ser realizada em contexto mais amplo, qual seja, dos limites existentes entre atividade econômica e não econômica. Dependendo do grau de complexidade, o fenômeno a ser estudado exige, muitas vezes, pesquisas especialmente direcionadas para a sua captação.

As recomendações internacionais apontam determinadas direções que na prática são, às vezes, difíceis e complexas de serem concretizadas em pesquisas domiciliares. Mas para a mensuração do desemprego segundo estas recomendações, estas pesquisas são consideradas mais adequadas do que outras fontes de dados. Isto porque é possível em uma mesma pesquisa a ligação da mensuração de emprego e desemprego, com um desenho de pesquisa apropriado e uma cobertura mais ampla em termos nacionais.

Um ponto importante a ser destacado é o de que para a captação da desocupação, parte-se da necessidade de que ocupação e desocupação sejam mutuamente excludentes, com precedência dada à ocupação. No entanto, modificações introduzidas em uma pesquisa no conceito de trabalho, no período de referência, no limite de idade, dentre outras características da força de trabalho, podem alterar as classificações de atividade ou inatividade econômica. Assim sendo, é importante assegurar, nas pesquisas de trabalho, uma constante revisão em seus instrumentos de captação, para garantir a apreensão mais adequada das relações de trabalho no país.

Referências Bibliográficas :

(1) - Lars Osberg - "The "Disapperance" of Involuntary Unemployment" in Journal of Economic Issues, vol XXII n*3, september 1988.

(2) - P. Bouillaguet-Bernard - "Réserves en Main - d'oeuvre - concepts et mesures" in Economies et Societes, cahiers de l'institut de sciences mathématiques et économiques appliquées, Laboratoire associé au C.N.R.S. - tome XVI, n*10, octobre 1982.

(3) - F. Michon - in P. Bouillaguet-Bernard, op.cit.

(4) - Albert Rees - "The Ecomics of Work and Pay" - Princeton University, 1979.

(5) - Ralf Hussmanns, Farhad Mehran and Vijay Verna - "Surveys of Economically Active Population, Employment, Unemployment and Underemployment" in an ILO manual on concepts and methods - 1990.

(6) - Hussmanns et alli, op. cit.

(7) - Doris Rinaldi, Marcia Coelho de Segadas Vianna e Sebastiana Rodrigues de Brito - "Módulo I - A Questão Conceitual" - dezembro de 1989, Fundação IBGE.

(8) - "Manual de Entrevista da Pesquisa Básica - PNAD 1992 - Fundação IBGE.

(9) - Hussmanns et alli, op.cit.

(10) - "Para Compreender a PME - Pesquisa Mensal de Emprego"- Fundação IBGE - 1991

(11) - André Cezar Médici e Marco Antônio de Souza

Aguilar - "Para Entender o Mercado de Trabalho" -
Universidade Santa Ursula/IBASE, 1986.

Textos para Discussão já publicados

- ✓ *Pesquisas Contínuas da Indústria - Vol. 1, nº 1, janeiro 1988*
- ✓ *Pesquisas Agropecuárias Contínuas: Metodologia - Vol. I, nº 2, 1988*
- ✓ *Uma Filosofia de Trabalho: As experiências com o SNIPC e com o SINAPI - Vol. I, nº 3, março 1988*
- ✓ *O Sigilo das Informações Estatísticas: Idéias para reflexão - Vol. I, nº 4, abril 1988*
- ✓ *Projeções da População Residente e do Número de Domicílios Particulares Ocupados: 1985-2020 - Vol. I, nº 5, maio 1988*
- ✓ *Classificação de Atividades e Produtos, Matérias-Primas e Serviços Industriais: Indústria Extrativa Mineral e de Transformação - Vol. 1, nº 6, agosto 1988*
- ✓ *A Mortalidade Infantil no Brasil nos Anos 80 - Vol. I, nº 7, setembro 1988*
- ✓ *Ensaio sobre o Produto Real da Agropecuária - Vol. I, nº 9, setembro 1988*
- ✓ *Principais Características das Pesquisas Econômicas, Sociais e Demográficas - Vol. I, número especial, outubro 1988*
- ✓ *Novo Sistema de Contas Nacionais, Ano Base 1980 - Resultados Provisórios - Vol. I, nº 10, dezembro 1988*
- ✓ *Pesquisa de Orçamentos Familiares - Metodologia para Obtenção das Informações de Campo - nº 11, janeiro 1989*
- ✓ *De Camponesa a Bóia-fria: Transformações do trabalho feminino - nº 12, fevereiro 1989*
- ✓ *Pesquisas Especiais do Departamento de Agropecuária - Metodologia e Resultados - nº 13, fevereiro 1989*
- ✓ *Brasil - Matriz de Insumo-Produto - 1980 - nº 14, maio 1989*
- ✓ *As Informações sobre Fecundidade, Mortalidade e Anticoncepção nas PNADs - nº 15, maio 1989*
- ✓ *As Estatísticas Agropecuárias e a III Conferência Nacional de Estatística - nº 16, junho 1989*
- ✓ *Brasil - Sistema de Contas Nacionais Consolidadas - nº 17, agosto 1989*
- ✓ *Brasil - Produto Interno Bruto Real Trimestral - Metodologia - nº 18, agosto 1989*
- ✓ *Estatísticas e Indicadores Sociais para a Década de 90 - nº 19, setembro 1989*
- ✓ *Uma Análise do Cotidiano da Pesquisa no DEREN (As Estatísticas do Trabalho) - nº 20, outubro 1989*
- ✓ *Coordenação Estatística Nacional - Reflexões sobre o caso Brasileiro - nº 21, novembro 1989*

- ✓ *Pesquisa Industrial Anual 1982/84 - Análise dos Resultados* - nº 22, novembro 1989
- ✓ *O Departamento de Comércio e Serviços e a III Conferência Nacional de Estatística* - nº 23, dezembro 1989
- ✓ *Um projeto de Integração para as Estatísticas Industriais* - nº 24, dezembro 1989
- ✓ *Cadastro de Informantes de Pesquisas Econômicas* - nº 25, janeiro 1990
- ✓ *Ensaio sobre a Produção de Estatística* - nº 26, janeiro 1990
- ✓ *O Espaço das Pequenas Unidades Produtivas: Uma tentativa de delimitação* - nº 27, fevereiro 1990
- ✓ *Uma Nova Metodologia para Correção Automática no Censo Demográfico Brasileiro: Experimentação e primeiros resultados* - nº 28, fevereiro 1990
- ✓ *Notas Técnicas sobre o Planejamento de Testes e Pesquisas Experimentais* - nº 29, março 1990
- ✓ *Estatísticas, Estudos e Análises Demográficas - Uma visão do Departamento de População* - nº 30, abril 1990
- ✓ *Crítica de Equações de Fechamento de Empresas no Censo Econômico de 1985* - nº 31, maio 1990
- ✓ *Efeito de Conglomeração da Malha Setorial do Censo Demográfico de 1980* - nº 32, maio 1990
- ✓ *A Redução da Amostra e a Utilização de Duas Frações Amostrais no Censo Demográfico de 1990* - nº 33, junho 1990
- ✓ *Estudos e Pesquisas de Avaliação de Censos Demográficos - 1970 a 1990* - nº 34, julho 1990
- ✓ *A Influência da Migração no Mercado de Trabalho das Capitais do Centro-Oeste - 1980* - nº 35, agosto 1990
- ✓ *Pesquisas de Conjuntura: Discussão sobre Variáveis a Investigar* - nº 36, setembro 1990
- ✓ *Um Modelo para Estimar o Nível e o Padrão da Fecundidade por Idade com Base em Parturições Observadas* - nº 37, outubro 1990
- ✓ *A Estrutura Operacional de Uma Pesquisa por Amostra* - nº 38, novembro 1990
- ✓ *Produção Agrícola, Agroindustrial e de Máquinas e Insumos Agrícolas no Anos 80: Novas Evidências Estatísticas* - nº 39, dezembro 1990
- ✓ *A Inflação Medida pelo Índice de Preços ao Consumidor* - nº 40, janeiro 1991
- ✓ *A Participação Política Eleitoral no Brasil - 1988, Análise Preliminar* - nº 41, fevereiro 1991
- ✓ *Ensaio sobre Estatísticas do Setor Produtivo* - nº 42, março 1991

- ✓ *A Produção Integrada de Estatística e as Contas Nacionais: Agenda para Formulação de um Novo Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas* - nº 43, março 1991
- ✓ *Matriz de Fluxos Migratórios Intermunicipais - Brasil - 1980* - nº 44, abril 1991
- ✓ *Fluxos Migratórios Intrametropolitanos - Brasil - 1970-1980* - nº 45, abril 1991
- ✓ *A Revisão da PNAD, A Questão Conceitual e Relatório das Contribuições* - nº 46, maio 1991
- ✓ *A Dimensão Ambiental no Sistema de Contas Nacionais* - nº 47, maio 1991
- ✓ *Estrutura das Contas Nacionais Brasileiras* - nº 48, junho 1991
- ✓ *Mercado do Couro e Resultados da Pesquisa Anual do Couro* - nº 49, junho 1991
- ✓ *As Estatísticas e o Meio Ambiente* - nº 50, julho 1991
- ✓ *Novo Sistema de Contas Nacionais Séries Correntes : 1981-85 Metodologia, Resultados Provisórios e Avaliação do Projeto* - nº 51, julho 1991 (2 Volumes : Volume 1-Metodologia, Resultados Provisórios e Avaliação do Projeto; Volume 2-Tabelas)
- ✓ *O Censo Industrial de 1985 -- Balanço da Experiência* - nº 52, agosto 1991
- ✓ *Análise da Inflação Medida Pelo INPC 1989* - nº 53, agosto 1991
- ✓ *Revisão da PNAD : A Questão Amostral : Módulo II do Anteprojeto* nº 54, setembro 1991
- ✓ *A Força de Trabalho e os Setores de Atividade - Uma Análise da Região Metropolitana de São Paulo - 1986-1990* - nº 55, outubro 1991
- ✓ *Revisão da PNAD : Apuração das Informações : Módulo III do Anteprojeto* - nº 56, novembro 1991
- ✓ *Novos Usos para Pesquisa Industrial Mensal : A Evolução dos Salários Industriais, O Desempenho da Pecuária* - nº 57, novembro 1991
- ✓ *Revisão da PNAD : A Disseminação das Informações Módulo IV do Anteprojeto* - nº 58, dezembro 1991
- ✓ *Estatísticas Agropecuárias : Sugestões para o Novo Plano Geral de Informações* - nº 59, dezembro 1991
- ✓ *Análise Conjuntural e Pesquisa Industrial* - nº 60, janeiro 1992
- ✓ *Exploração dos Dados da Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais* - nº 61, fevereiro 1992
- ✓ *Uma Proposta de Metodologia para a Expansão da Amostra do Censo Demográfico de 1991* - nº 62, outubro 1993
- ✓ *Expansão da Fronteira e Progresso Técnico no Crescimento Agrícola Recente* - nº 63, novembro 1993

- ✓ *Avaliação das Condições de Habitação com Base nos Dados da PNAD* - nº 64, setembro 1993
- ✓ *Análise da Taxa de Desemprego Feminino no Brasil* - nº 65, dezembro 1993
- ✓ *Aspectos da Metropolização Brasileira: Comentários sobre os Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991* - nº 66, janeiro 1994
- ✓ *Estimativas Preliminares de Fecundidade Considerando os Censos Demográficos, Pesquisas por amostragem e o Registro Civil* - nº 67, janeiro 1994
- ✓ *Apuração de Dados no IBGE: Problemas e Perspectivas* - nº 68, fevereiro 1994
- ✓ *Limeira - SP: Estimativas de Fecundidade e Mortalidade 1980/1988* - nº 69, março 1994